



**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no**

**Brasil**

**2**

Américo Junior Nunes da Silva  
Airã de Lima Bomfim  
(Organizadores)

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no**

# Brasil 2

Américo Junior Nunes da Silva  
Airã de Lima Bomfim  
(Organizadores)

Atena  
Editora

Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Airã de Lima Bomfim

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil  
2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã  
de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-497-9

DOI 10.22533/at.ed.979202710

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes  
da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III.  
Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 02 de **“*Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil*”**, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 02 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

Airã de Lima Bomfim

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA NA PERSPECITIVA INCLUSIVA

Raimundo Nonato Carlos Arruda

Alceu Zoia

**DOI 10.22533/at.ed.9792027101**

### **CAPÍTULO 2..... 11**

#### GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: UMA REFLEXÃO DAS AÇÕES COTIDIANAS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM GURUPI – TO

Joel Moisés Silva Pinho

Jamim Alves Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.9792027102**

### **CAPÍTULO 3..... 20**

#### PERCURSO FORMATIVO E TRABALHO DOCENTE: SABERES E PRÁTICAS

Fábia Lima Algarve

Andrea Ad Reginatto

**DOI 10.22533/at.ed.9792027103**

### **CAPÍTULO 4..... 28**

#### CONVERSANDO COM PAIS SOBRE AS (CON)VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cândida Prates Dantas

Clarissa Faverzani Magnago

Marjorie Ribeiro Macedo de Oliveira

Pedro Henrique Machado

**DOI 10.22533/at.ed.9792027104**

### **CAPÍTULO 5..... 36**

#### COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO DO IFMT- CAMPUS BARRA DO GARÇAS: UM PASSO EM DIREÇÃO A “EDUCAÇÃO PARA O PENSAR” DE MATTHEW LIPMAN

Ivo Luciano da Assunção Rodrigues

João Luis Binde

Bianca Sobrinho Lima

Luiz Roberto dos Santos Corrêa Neto

Natália Lima Frank

Victória da Cruz Mota

**DOI 10.22533/at.ed.9792027105**

### **CAPÍTULO 6..... 48**

#### DESAFIOS NA APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO HÍBRIDO EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO INTEGRADO

Renato de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.9792027106**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>59</b>
<b>GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA E SUA GUERRA DE BOTÕES</b>	
Wallace Santos Vieira	
Kássia Auxiliadora Filiagi Gregory	
Maritza Maciel Castrillon Maldonado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9792027107</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>71</b>
<b>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DESAFIO CONTEMPORÂNEO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR</b>	
Jurema Pires Soares	
Ilma de Araújo Xaud	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9792027108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>81</b>
<b>INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCOMPREENSÃO: ARTICULAR POLÍTICAS EDUCATIVAS E LINGÜÍSTICAS A FAVOR DO PLURILINGUÍSMO E DA INTERCULTURALIDADE NOS IES</b>	
Joséphine Correia Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9792027109</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>85</b>
<b>VIOLÊNCIA URBANA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b>	
Adelcio Machado dos Santos	
Adriana Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97920271010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>100</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR GESTOR ESCOLAR</b>	
Krys Ellem Honório Cardoso	
Ester Assalin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97920271011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>115</b>
<b>UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA, MULTI OU INTERCULTURAL? O CASO PERUANO DO ENCONTRO TINKUY</b>	
Lilia Maria Nieva Villegas	
Sonia Cristina Soares Dias Vermelho	
Charo Jacqueline Jauregui Sueldo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97920271012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
<b>O TÉCNICO E A COMUNIDADE</b>	
Etianne Alves Souza de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97920271013</b>	

**CAPÍTULO 14..... 133**

**EDUCAÇÃO E CONSUMO NA CIBERCULTURA: PROCESSO DE COMUNICAÇÃO ONLINE**

Solange de Fátima Wollenhaupt  
Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

**DOI 10.22533/at.ed.97920271014**

**CAPÍTULO 15..... 145**

**ONDE ESTÃO OS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO EIXO TECNOLÓGICO RECURSOS NATURAIS DO IFAM-CAMPUS PARINTINS?**

Iago Pantoja de Azevedo  
Norberto Góes Junior  
Wanderley Mendonça de Souza  
Kildery Alex Freitas Serrão  
Ana Carolina Souza Sampaio Nakauth

**DOI 10.22533/at.ed.97920271015**

**CAPÍTULO 16..... 157**

**ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: DESAFIO DE PROMOVER A SAÚDE EXTRA HOSPITALAR**

Maria Jussara Medeiros Nunes  
Palloma Rayane Alves de Oliveira Sinezio  
Mayame Jordânia Rebouças de Oliveira  
Libne Lidianne da Rocha e Nóbrega  
Nayanne Victória Sousa Batista  
Gabriel Victor Teodoro de Medeiros Marcos  
Tania Maria das Chagas Costa  
Maria Cleide Araújo de Medeiros Moraes  
Francisca Gilberlania da Silva Santos Barreto  
Lívia Natany Sousa Moraes  
Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

**DOI 10.22533/at.ed.97920271016**

**CAPÍTULO 17..... 166**

**GÊNERO, *SCRIPT SEXUADO* E PROFISSÕES JURÍDICAS**

Maria Carolina Loss Leite

**DOI 10.22533/at.ed.97920271017**

**CAPÍTULO 18..... 178**

**UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL PARA CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE IRÃO IMPACTAR EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA NOS ESPAÇOS ESCOLARES**

Bruna Lara Campos de Moraes  
Jaqueline Maissiat

**DOI 10.22533/at.ed.97920271018**

<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>191</b>
<b>BLENDED LEARNING: COMO INOVAR O ENSINO HÍBRIDO COM O USO DE VIDEOCONFERÊNCIA</b>	
Rodolfo Faquin Della Justina	
Guilherme Mattei Orbem	
Eliane Pozzebon	
Jefferson Pacheco dos Santos	
Eduardo Gonzaga Bett	
Ismael Mazzuco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97920271019</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>201</b>
<b>CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR: EU NA UNIOESTE</b>	
Janaina Aparecida de Mattos Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97920271020</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>210</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>211</b>

# CAPÍTULO 11

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR GESTOR ESCOLAR

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 03/07/2020

### Krys Ellem Honório Cardoso

Mestra em Educação - Técnica Administrativo  
Educacional – SEDUC/MT  
Tangará da Serra/MT  
<http://lattes.cnpq.br/3343046217873665>

### Ester Assalin

Mestra em Educação - Professora de História –  
SEDUC/MT  
Jaciara/MT  
<http://lattes.cnpq.br/9478543774394079>

Texto publicado originalmente in: Anais Vol. 14 (2017): JORNADA DE EDUCAÇÃO -JORNEDUC 2017, Cáceres/Mato Grosso, Brasil, 11-14 Setembro 2017, Faculdade de Educação e Linguagem -Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso -UNEMAT -Unemat Editora. ISSN ONLINE: 2175-7712. Disponível em: <http://siec.unemat.br/anais/!default/impressao-pdf.php?r=ODAwMQ==&i=NTE1NTg=&p=L0FycXVpdM9zL2NvcnJpZ2lk3MvMTIxNzAtNTE1NTgu>

c G R m & y = M A = = & v = M A = = & d = S Q  
==&cache=1593805351

**RESUMO:** Este artigo tem como objeto as políticas públicas para a formação do professor com ênfase na formação do gestor escolar. A partir dos conceitos de formação inicial e continuada para o profissional da docência é exposto um breve histórico dessas formações, evidenciado o período pós década de 80

marcado pela interferência do neoliberalismo e de organismos internacionais no tratamento nos assuntos públicos. Posteriormente, é realizado um afunilamento para as orientações que são dadas a referida temática no Estado de Mato Grosso, a partir da legislação estadual e do Orientativo Pedagógico 2017, elaborado pela Superintendência de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Para tal foram utilizadas pesquisa bibliográfica e documental, cujo aporte teórico foi subsidiado por autores como Libâneo (2006, 2015), Lima (2005), Saviani (2009), Shiroma (2007). Concluiu-se que a formação docente é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Desse modo, a formação do professor gestor necessita abranger tanto o conteúdo do âmbito pedagógico quanto aqueles de cunho administrativo. Considera-se importante discutir o referido assunto haja vista que é partindo da população e dos profissionais da área que a luta por uma educação pública de qualidade pode ser fortalecida.

**PALAVRAS - CHAVE:** Formação inicial do professor gestor; Formação continuada do professor gestor; Formação docente; Professor gestor em Mato Grosso.

### PUBLIC POLICIES FOR THE TRAINING OF THE SCHOOL MANAGER TEACHER

**ABSTRACT:** This article aim the public policies for teacher education with emphasis in school manager training. Based on the concepts of initial and continous formation to the teacher professional is exposed, a brief historical of these formation, highlighting the pos 80 decade period

marked by the neoliberalismo interferancy and the international organisms in the treatment of public matter. Subsequently, a funnel is accomplished for the orientations that are given the referred theme in the State of Mato Grosso, from the state legislation from the 2017 Pedagogica Guide, elaborated by the Superintendency of Training of Basic Education Professionals. In order to that were taken documental and bibliographic research, which theoretical contribution was subsidized by the authors such as Libâneo (2006, 2015), Lima (2005), Saviani (2009), Shiroma (2007). It was concluded that the teacher training is indispensable for building a fair and democratic society. Therefore, the training of the managing teacher needs to encompass as much the pedagogical matter as those from the administrative scope. It is considered important to discuss this relating matter, given that it must comes from the population and the professionals in the field that the fight for a quality public education can be strengthened.

**KEYWORDS:** Initial education of the manager teacher, Continuing training of the manager teacher, Teacher Education, Manager Teacher in Mato Grosso.

## 1 | INTRODUÇÃO

A formação de professores é tema de grande interesse entre os profissionais da educação que discutem com frequência as fragilidades e necessidade de melhorar a prática docente. Todavia o mesmo parece não acontecer nos órgãos governamentais que nem sempre incentivam ou possibilitam acesso e permanência nas capacitações ofertadas. O fato de existirem políticas públicas voltadas ao assunto nem de longe garantem a efetivação da promoção de adequada formação aos docentes.

Os paradigmas dominantes indicam que o sucesso ou fracasso profissional depende exclusivamente do esforço pessoal empenhado durante a formação e atuação. O mesmo ocorre quando o assunto em questão é a formação do professor para atuar frente a gestão escolar, atribuição ainda mais complexa que lecionar.

O professor enquanto gestor de uma instituição de ensino pública responde em conjunto com órgãos deliberativos e consultivos por todos os assuntos da escola, sejam eles de cunho administrativo ou pedagógico. Porém, a formação deste é prioritariamente em nível de licenciatura. O que aproxima o acadêmico da realidade do cotidiano escolar são as atividades de estágio, mas ainda assim, é uma formação limitada, dada a diversidade de assuntos e situações que dia a dia exigem a atenção dos profissionais da educação em função gerencial.

Em virtude disso que conhecer um pouco mais sobre a formação do docente, tanto inicial quanto continuada é importante para possibilitar argumentos mais consistentes na luta pela melhoria da qualidade da educação. Isso porque a formação do professor implica em sua prática de trabalho, e a formação do professor gestor também.

## 2 | A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para exercer à docência seja na Educação Infantil, Básica, Profissional, Tecnológica



ou Superior faz-se necessário que o interessado percorra um processo formativo que o capacite para tal. A formação de professores no Brasil, basicamente divide-se em duas, inicial e continuada. Ambas são imprescindíveis para fornecer, subsidiar ou estimular as múltiplas capacidades que o profissional da docência necessita (re) aprender para desenvolver um trabalho adequado as exigências humanas, sociais e mercadológicas.

Por formação inicial entende-se aquela que “refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios” (LIBÂNEO, 2015, p. 187). Ou ainda, aquela que é realizada na academia, e possibilita o credenciamento da pessoa para trabalhar na área de conhecimento em que optou por cursar (NEGRINE, 1997 apud COSTA e ROCHA, 2003).

A partir desse credenciamento, a formação do professor não pode parar. Pelo contrário, é preciso que constantemente seja renovada sua capacitação profissional, pois, entendendo-se que o docente trabalha diretamente com pessoas, e estas transformam-se a todo momento, modificando também o próprio docente, é preciso aperfeiçoamento cotidiano para lidar com tamanhas circunstâncias e problemáticas que assolam a carreira do profissional dessa área.

Nesse sentido, a formação continuada “envolve todas as aprendizagens decorrentes da atualização permanente, das experiências profissionais vivenciadas associadas ou não aos cursos de atualização em nível de *lato* ou *stricto sensu*, que ampliam a formação inicial” (COSTA e ROCHA, 2003, p. 50). Essa formação também pode ser vista como um prolongamento da formação inicial, cujo intuito é aperfeiçoar o profissional de forma teórica e prática para atuação no contexto do trabalho (LIBÂNEO, 2015).

Nota-se assim que o professor é sempre estudante, está em constante processo de aprendizagem e inovação, tanto de práticas pedagógicas e didáticas quanto de conteúdos curriculares, reinventando-se para adequar-se às necessidades dos alunos, das escolas, dos sistemas e das tecnologias que aparecem a cada dia.

De forma mais detalhada, o autor Libâneo explicita um pouco mais sobre a formação de professores:

O desenvolvimento profissional envolve formação inicial e contínua articuladas a um processo de valorização identitária e profissional dos professores. Identidade que é epistemológica, ou seja, que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber: 1) conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; 2) conteúdos didático-pedagógicos diretamente relacionados ao campo da prática profissional; 3) conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da prática educacional; 4) conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana (individual, sensibilidade pessoal e social). E identidade que é profissional. Ou seja, a docência constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social – não é qualquer um que pode ser professor (LIBÂNEO e PIMENTA, 1999, p. 41 *apud* LIBÂNEO, 2015, p. 74).

Por tudo isso, compreende-se que a profissão professor é muito mais complexa do que parece ser. Embora não tenha o devido reconhecimento e valorização, em especial por parte dos governos, ainda assim, trabalhar com a formação de outras pessoas e profissionais é uma das tarefas mais lindas e esperançosas que a sociedade necessita para enfrentar os desafios das mais diversas ordens que se renovam a cada dia.

Além do exercício da docência, o professor pode ainda assumir outras funções nos espaços educativos. Na Educação Básica, por exemplo, a função de gestor escolar, cuja atribuição vai da responsabilidade pelo pedagógico até as atividades administrativas da instituição, o docente tem supremacia sobre os demais profissionais da educação para assumir tal encargo.

## **2.1 Primeiras preocupações com a formação de professores com ênfase na formação de gestores escolares**

Especificamente, o primeiro registro de preocupação com a formação de gestores escolares é da década de 40. O decreto lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, ficou conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal.

O curso normal, em simetria com os demais cursos de nível secundário, foi dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia ao ciclo ginásial do curso secundário e tinha duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionária em Escolas Normais regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionária em Escolas Normais e nos institutos de educação. Estes, além dos cursos citados, contariam com jardim de infância e escola primária anexos e ministrariam também cursos de especialização de professores primários para as áreas de Educação Especial, Ensino Supletivo, Desenho e Artes Aplicadas, música e canto e  cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares .(BRASIL, 1946 apud SAVIANI, 2009, p. 146, *grifo meu*).

As Escolas Normais desapareceram a partir de 1971, depois da promulgação da Lei n. 5.692/71, que trouxe consigo adequações do pós golpe militar de 1964. Dentre as mudanças mais significativas, os ensinos primário, ginásial e médio passaram a se chamar de ensino de primeiro e segundo grau, nessa ordem. E a formação de professores passou a ser feita por meio da habilitação específica de 2º grau para exercício do magistério de 1º grau. Essa organização se deu em duas modalidades, cuja diferença era o tempo de formação, com três anos o profissional estaria habilitado para lecionar até a 4ª série, e com quatro anos, poderia lecionar até a 6ª série do primeiro grau (SAVIANI, 2009, p. 147).

Para as quatro últimas séries do ensino de 1º grau e para o ensino de 2º grau, a lei n. 5.692/71 previu a formação de professores em nível superior, em cursos de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração).  Ao curso de Pedagogia, além da formação de professores para habilitação específica de Magistério (HEM), conferiu-se a atribuição de formar

os especialistas em Educação, aí compreendidos os diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino (SAVIANI, 2009, p. 147, *grifo meu*).

Essa aglomeração de responsabilidade atribuída a Licenciatura Plena em Pedagogia persiste até hoje. Foi um avanço, embora pequeno, definir o espaço de formação para o docente que assume funções de gestão no espaço da escola. Porém, os estágios supervisionados ofertados na graduação conseguem ao menos aproximar os acadêmicos da realidade vivenciada na escola. “É fundamental que os estudantes de pedagogia vivenciem as situações administrativas e pedagógicas, assim, como as relações de tensões dadas a partir das políticas educacionais [...] aspectos que contribuiriam na sua formação” (RODRÍGUEZ, 2003, p. 53).

E com o transcorrer no século passado para este, novos desafios foram incorporados a formação de gestores, especialmente a partir da década de 1980. Conquistas foram alcançadas no âmbito educacional, mas com igual intensidade surgiram novas dificuldades advindas da modernidade.

### *2.1.1 A formação do gestor escolar pós década de 80*

A história da formação docente no Brasil tem grande influência política, econômica e social de cada momento. Reis, ditadores e presidentes eleitos democraticamente conduziram a educação e os demais âmbitos de responsabilidade estatal de forma descontínua e desinteressada. Não bastasse isso, interferências internacionais carregadas de interesses liberais/neoliberais também tomaram conta da gestão pública nesse país.

A partir da década de 70, intensificou-se o processo de luta pela redemocratização da sociedade em defesa da abertura democrática nos diversos setores de interesse social visando a ampliação da participação popular na gestão e democratização da escola pública, bandeira de luta defendida por vários setores. O que implicou na definição de políticas públicas voltadas a qualificação do profissional docente (SILVA, 2014, p.79).

No decorrer da década de 80 aprofundou-se a pressão social pela redemocratização política da sociedade brasileira. No campo educacional ocorria a defesa de realização de eleição para diretor de escola e a redefinição do papel do gestor escolar. Já havia uma década que a educação brasileira vinha reestruturando o sistema educacional, redefinindo o papel da escola de maneira mais democrática.

Ainda hoje, passados quase trinta anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, em que se configurou a gestão democrática da educação como um princípio norteador da organização das unidades escolares e dos sistemas de ensino, se faz necessário realizar reflexões sobre necessidade de ações de formação de gestores escolares no Brasil. Um dos maiores desafios é o de oferecer formação adequada àqueles que fazem parte da equipe gestora educacional.

Além da disposição legal das transformações expressas a partir de 1988 com a

promulgação da Constituição Federal e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº. 9394/1996 que tratam da gestão democrática, pode-se afirmar que a escola mudou de maneira muito significativa nos últimos anos nessa federação. De uma escola pública restrita para poucos, passou a ser uma escola em que praticamente se atingiu a universalização do acesso à Educação Básica.

Uma nova escola, um novo público, novos desafios para a equipe gestora na tarefa de reunir a comunidade escolar em torno de um projeto educativo mais abrangente. A LDBEN, Lei nº. 9.394/96, em seu Título VI – Dos Profissionais da Educação, não apresenta mais o termo “especialistas”, como na lei antecessora. Conforme o disposto no artigo nº. 64:

Art. 64: A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (LDBEN 9394/96).

Essa especificação demonstra evolução em relação a Lei 5.692/71 e amplia a possibilidade de realizar a capacitação para o exercício da função de gestão pelo profissional docente. A configuração da formação no Brasil respondeu ao modelo de expansão do ensino superior implementado na década de 1990, “no âmbito das reformas do Estado e subordinado às recomendações dos organismos internacionais” (FREITAS, 2007, p. 6). Essa autora faz sérias críticas ao modelo de formação aligeirada, que visa atender uma grande quantidade de pessoas emergentes por formação, com custos bastante reduzidos, e qualidade também.

Neste contexto de mudanças, iniciou-se uma preocupação de nível governamental em capacitar os gestores para a necessidade da atualidade. Assim, surgiu o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares – Progestão, que foi uma idealização do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED<sup>1</sup>.

No ano de 2000, “uma proposta de curso a distância destinada à formação continuada” e no ano de 2001, considerando a necessidade de discussão acerca da democratização das escolas de Educação Básica e da atuação do gestor escolar. Nesse contexto iniciou-se a formação em serviço dos profissionais que se encontram no exercício de atividades de gestão nas escolas públicas do país (CONSED, 2001, p. 7).

Nesse sentido, também o Ministério da Educação (MEC) demonstrou preocupação com a formação de gestores e começou a desenvolver programas, projetos e ações de apoio à gestão da Educação Básica com o propósito de fortalecer a escola pública brasileira. Entre estes, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, que

---

1 O Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, fundado em 25 de setembro de 1986, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. O CONSED tem por finalidade promover a integração das Secretarias Estaduais de Educação, visando o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contando com a colaboração da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e do Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA/FNDE, (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, 2009).

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica integrou um conjunto de ações que teve início em 2005. O curso-piloto foi desenvolvido por um grupo de especialistas em educação a distância e notório saber na área de educação. Esse curso foi de extensão em gestão escolar (100 horas), ofertado pelo Inep. Em 2006, o programa passou a ser coordenado pela SEB/MEC, dando início ao Curso de Pós-graduação (*lato sensu*) em Gestão Escolar, com carga horária de 400 horas, destinado a diretores e vice-diretores, em exercício, de escola pública da Educação Básica (MEC, 2009).

Em 2009, o programa implementou o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Coordenação Pedagógica (405 horas), para coordenadores pedagógicos e/ou profissionais que exercem função equivalente que integram a equipe gestora da escola de Educação Básica. E em 2010, lançou o Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar, com carga horária de 200 horas, este curso destinou-se aos profissionais de instituições públicas de Educação Básica da equipe gestora: Diretor e Vice-Diretor, ou o equivalente, nos diferentes sistemas de ensino (MEC, 2009).

Como pode ser percebido, o contexto educacional dos tempos atuais é complexo. Em grande parte, isso é devido ao acúmulo de atribuições dos governos que foram transferidas para a escola. Diante disso é essencial que seja realizada formação para a equipe gestora bem como a todos os profissionais que atuam na escola (LEITE; LIMA, 2015). Que continua:

Nas últimas décadas, o ensino público no Brasil tem se modificado significativamente. Houve a transformação de uma escola excludente e elitizada em uma instituição democrática que se abriu a todos os setores da população, em especial, às classes populares cujo acesso à escola não era então comum. Segundo Beisiegel (2006), a democratização da escola pública foi uma consequência de reivindicações das “massas populares urbanas”. Em decorrência desses acontecimentos, o perfil do alunado também mudou, no entanto, essa mudança não foi acompanhada das adequações administrativas e pedagógicas necessárias para a organização dessa nova escola, condições essenciais para a conquista de um ensino de qualidade (LEITE; LIMA; 2015, p.46).

Em razão disso, o Brasil vem passando por várias transformações na organização e estrutura do seu sistema educacional. Existe de um lado, as políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares que abordam ideias e práticas que vão influenciar os profissionais da escola no processo de desenvolvimento das práticas formativas dos alunos; e de outro, os profissionais da educação que poderão aderir ou não as políticas e diretrizes do sistema escolar, assim como podem dialogar com elas e formular de modo coletivo práticas formativas e inovadoras (LIBÂNEO,2006). A primeira ideia é a que

prevalece, visto que a segunda é oprimida pelos paradigmas dominantes do capital.

Com o passar do tempo, gradativamente ocorreram muitas mudanças nas relações de trabalho, avanços tecnológicos, a globalização do capital e principalmente perdas de direitos sociais. Estas mudanças, trouxeram alterações para as políticas de gestão e de regulação da educação neste país. Tais mudanças que surgiram ao longo dos acontecimentos interferiram significativamente na organização da escola e nos papéis dos diversos atores sociais que constroem seu cotidiano.

Só que as promessas de desenvolvimento feitas pelas reformas neoliberais não foram cumpridas e o seu legado foi deixado para vários segmentos da classe trabalhadora (BRESSER, 2013). O sistema educativo sofreu e sofre intervenção neoliberal, corrobora Apple (2005), que diz mais:

Lei do Ensino Fundamental e Médio, conhecida como *No Children Left Behind* (nenhuma criança será deixada para trás), assinada em 2002 pelo presidente Bush. Esta legislação estabelece testes a fim de mensurar se as escolas estão conforme os padrões estabelecidos pelo Estado e responsabiliza as escolas que não funcionam conforme estes padrões pelo seu fracasso reiterado. A escola que não obtiver êxito nos testes por quatro anos seguidos, pode chegar no quinto ano consecutivo de fracasso a ser solicitada a fazer mudanças na sua gestão, o que pode incluir transformar-se em uma fundação-escola, com o Estado assumindo o controle, ou passar a sua administração para uma escola privada. (APPLE 2005, p. 162).

Isso ficou mais evidenciado após a reforma educacional de 1990 e mais precisamente após década de 2000, visto que as políticas de gestão para a educação efetivaram-se a partir de ações de cunho gerencial, para garantir otimização dos recursos e racionalização das ações administrativas. Segundo o diagnóstico do governo realizado pelos organismos internacionais, os problemas educacionais não resultavam da escassez de recursos financeiros, mas sim da má administração, cujas causas, entre outras, eram o corporativismo dos professores, sua baixa qualificação e a ineficiência do aparelho burocrático administrativo das escolas.

(...) acompanhamos apenas os discursos governamental, de organismos multilaterais e empresários brasileiros, os quais desaguam necessariamente, na afirmação de importância estratégica da escola para a “nova ordem” mundial. Não é de surpreender, portanto, que tal questão vem se configurando como uma das temáticas prioritárias não só dos órgãos governamentais, como de vários setores da sociedade. (SHIROMA, 2007, p. 12).

Frente a essa situação, a saída apontada pelo Estado, em consonância com os interesses dos técnicos executivos de organismos internacionais foi redesenhar a escola pública e, particularmente, os processos de gestão implementados no seu cotidiano. Questões como descentralização, autonomia e participação foram ressignificadas e ocorreram processos de transferência de ações sem a partilha efetiva das decisões e dos recursos.

A saída se consolidou com o processo de reforma do Estado e da educação, além de vários dispositivos legais na esfera federal, nos Estados e Municípios. Se multiplicaram os programas, decretos, portarias e normativas inspiradas em conceitos e práticas importadas da gerência empresarial.

Algumas vezes, como nos anos de 1930, reivindicou-se para a educação a função de “criar” cidadãos e de reproduzir/modernizar as “elites”, simultaneamente a de contribuir para o trato da “questão social”. Em outras, como no regime militar, a ela foi atribuído o ofício de, formatar o capital humano, moldado pela ideologia da segurança nacional. Nos anos de 1990 renova-se o pleito da centralidade da educação, mais em termos mais adequados aos tempos de celebração - ou recelebração? – das virtudes do mercado: realidade inescapável que coloca recursos e benefícios sob o imperativo da eficiência capitalista. (SHIROMA, 2007, p. 13).

Ao mesmo tempo, com o discurso de descentralização administrativa, financeira e pedagógica, efetivou-se um processo que resultou na desobrigação do poder público, articulada a novas formas de centralização e controle por parte do Estado. Estamos, ao que tudo indica no caminho de um processo de privatização do ensino, que exige uma reflexão sobre novas formas de transferência de verbas públicas para instituições privadas, que complementariam a ação do Estado.

Com efeito, a educação vem sendo transformada num capítulo da gestão de recursos humanos, orientada preferencialmente para a produção de “vantagens competitivas” no mercado global, funcionalmente adaptada à racionalidade econômica. As articulações invocadas, ou simplesmente subentendidas, entre este novo tipo de educação, a que venho chamando “educação contábil” (Lima, 1996), e a cidadania democrática, estão repletas dos equívocos típicos das relações despolitizadas. Repensar criticamente as relações entre educação e cidadania é tanto mais necessário quanto o novo cânone remete a educação para uma função meramente adaptativa e a cidadania para um modelo de mercado de liberdades, estritamente econômicas, dos consumidores (LIMA, 2005, p. 73).

Dentro deste modelo gerencial, os profissionais da educação têm sido apontados como os responsáveis pela ineficiência escolar. Por outro lado, a situação objetiva de trabalho desses profissionais, professores e funcionários tem sido de precarização das suas condições de trabalho e fragmentação das suas atividades. E ainda, cada vez mais é requerida desses profissionais uma ação multifuncional frente ao cenário mais complexo das relações sociais, trabalhistas e culturais. Tal complexidade também se nota nas políticas públicas voltadas para a qualificação profissional do docente, em especial nos anos de 2016 e 2017, no Estado de Mato Grosso.

## **2.2 O professor como gestor escolar em Mato Grosso**

O gestor escolar de instituições públicas da Educação Básica de Mato Grosso prioritariamente deve possuir formação inicial em nível de licenciatura. O que é bastante

condizente, pois, são cursos dessa natureza que fornecem formação pedagógica para o exercício da docência realizada nesse nível de ensino.

A Lei Estadual 7.040/98 que trata da Gestão Democrática no Ensino Público Estadual estabelece os critérios necessários para candidatura a função de Gestor Escolar, como segue:

**Art. 56** Para participar do processo de que trata esta lei, o candidato, integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica, deve:

I - ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos Profissionais da Educação Básica;

II - ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

**III - ser habilitado em nível de Licenciatura Plena;**

IV - participar dos ciclos de estudos a serem organizados pelas Assessorias Pedagógicas nos Municípios, sob orientação da Secretaria de Estado de Educação (MATO GROSSO, LEI 7.040/98, grifo meu).

Esses critérios indicam que para tomar conta de uma escola pública da Educação Básica legalmente não é exigida formação em Administração ou Gestão; e ainda demonstram que possuir conhecimento de cunho pedagógico é essencial, uma vez que, a educação escolar destina-se, de modo geral, a propiciar o ensino e a aprendizagem dos estudantes.

É por isso que ao gestor escolar compete atividades administrativas, como: manter o bom funcionamento da unidade escolar em todas as áreas, com destaque para os aspectos de infraestrutura e gestão de pessoas; e também atividades pedagógicas, sendo principalmente o desempenho adequado dos educandos um dos maiores focos de seus esforços.

A educação, pode ser entendida como “um processo tipicamente humano, que possui a especificidade de formar cidadãos por meio de conteúdos não-materiais que são as ideias, teorias e valores, conteúdos estes que vão influir decisivamente na vida de cada um” (FERREIRA, 2009, p. 9). Assumir sozinho a responsabilidade por conduzir uma unidade de ensino, local destinado a conduzir a educação tal como a autora descreve, é tarefa inviável.

Em vista disso, a gestão das escolas públicas mantidas pelo Estado deve ser compartilhada por um conjunto de profissionais da educação, formando assim uma equipe gestora. Essa equipe é constituída pelo Gestor, e pelos órgãos consultivos e deliberativos, denominados de Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e Conselho Fiscal (MATO GROSSO, LEI 7.040/98, Art. 11).



A essa equipe gestora compete realizar as atividades de gestão, dos diversos aspectos, na unidade de ensino. A gestão escolar ou gestão da escola pode ser entendida como “o processo político-administrativo contextualizado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001 *apud* DOURADO, 2012, p.24).

E justamente por ser na escola que essa prática social precisa ser propiciada de modo saudável, é que os Conselhos, tanto deliberativo quanto fiscal, são compostos por representantes de cada seguimento profissional, assim como representantes de alunos e pais. É o coletivo que tem a função de definir, conduzir e realizar as atividades da instituição com vistas a possibilitar a adequada formação dos estudantes para a vida em sociedade. Decorre disso a política pública de gestão democrática estabelecida legalmente no estado de Mato Grosso para as escolas da rede.

O que merece destaque no aspecto supracitado é que realizar um trabalho adequado às exigências da Gestão Democrática não é tarefa tão simples. Assim, a formação do gestor e dos demais profissionais da educação precisa dar conta de oferecer o suporte necessário para tal feito. E, como ficou evidente, isso historicamente vem sendo realizado a passos lentos.

### *2.2.1 A atual orientação governamental para a formação docente em Mato Grosso*

O Governo do Estado de Mato Grosso por intermédio da Secretaria do Estado de Educação, Esporte e Lazer (SEDUC/MT) formulou as orientações pedagógicas para as escolas de ensino público estadual. O Orientativo Pedagógico 2017, foi formulado pela Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais da SEDUC/MT, agrupando em 172 páginas assuntos que abrangem todos os níveis da Educação Básica.

A Superintendência de Formação dos Profissionais da Educação Básica (SUFP) foi responsável por elaborar, dentre outros, a seção que trata da Formação Docente na Escola para o ano de 2017. Em análise ao referido documento, observa-se que a formação tem como foco o professor. Em partes específicas o diretor e o coordenador pedagógico são citados como professores que ocupam funções específicas de gestão, sendo incorporados aos sujeitos a quem se destina a formação, que inclui também os professores em regência.

“A elaboração do projeto de formação docente na escola deve envolver todos os professores: aqueles que estão em regência e aqueles que se encontram desempenhando funções administrativas na direção e na coordenação pedagógica” (ORIENTATIVO PEDAGÓGICO – OP – 2017, p. 154). Mesmo o gestor escolar estando incluso como agente da referida formação, especificamente o documento deixa claro que este espaço da formação permanente<sup>2</sup> se refere ao estudo e debate de assuntos pedagógicos. A parte 2 Conforme o Orientativo Pedagógico 2017 a formação docente na escola é voltada ao desenvolvimento profissional do professor, pois este envolve um processo de melhoria contínua das práticas docentes. Ao passo que a formação contínua, não mais utilizado, refere-se a um processo mais de cunho informativo e de conotação compensatória, e não

de formação para o exercício da gestão administrativa do professor em função de gestão não é abordada.

Segundo este documento do governo estadual, são atribuições de diretor da escola:

- Ler atentamente o Orientativo para a elaboração e o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola;
- Participar com os demais docentes da definição do dia e da hora de execução do projeto de formação docente na escola;
- Participar da elaboração do projeto de formação docente na escola, em todas as suas etapas<sup>3</sup>;
- Colaborar com o coordenador pedagógico quanto ao zelo pelo cumprimento da carga horária estabelecida para o projeto;
- Participar do projeto docente na escola, conforma a organização estabelecida pela escola e cronograma previsto no projeto;
- Garantir espaço e condições necessários para o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola (OP, 2017, p. 156).

As atribuições destacadas no orientativo como de responsabilidade do diretor são mais de cunho de organização de como desenvolver a formação docente do que propriamente a sua participação nessa formação, haja vista que as etapas do processo formativo implicam na aplicação em sala de aula dos aprendizados oriundos desse momento destinado ao desenvolvimento profissional do professor. Todavia, do professor em sala de aula, pois como gestor, poderá este aplicar um plano de ensino fora desta?

O que as Orientações Pedagógicas 2017 indicam, implicitamente, é que o gestor enquanto sujeito da formação docente, fica de fora da aplicabilidade das ações que devem estar vinculadas a este. E ainda, que este deve voltar-se com maior atenção para atividades do âmbito administrativo, mesmo sem adequada formação para tal. Estes são indícios do neoliberalismo na educação pública, sendo a escola tratada como empresa pelos órgãos públicos.

Nesse sentido, cabe ainda outra análise. Como já foi exposto, a seção que trata da formação docente foi elaborada pela SUFP, mas não abrange a formação de todos os profissionais da Educação Básica, sendo orientada apenas a formação do professor. E pelo a um processo evolutivo.

3 O Projeto de Formação Docente da escola é composto por seis etapas, a saber: 1ª etapa – a construção do diagnóstico de necessidades formativas, que apontará para a escola as temáticas e as referências de estudo; 2ª etapa – o estudo das temáticas; 3ª etapa – a apropriação do aprendizado adquirido com o estudo das temáticas no plano de ensino a ser aplicado em aula; 4ª a socialização de como se deu essa apropriação de aprendizado adquirido com o estudo das temáticas e plano de ensino; 5ª a socialização dos resultados obtidos com a aplicação do plano de ensino; 6ª etapa - a avaliação do processo de formação, desencadeado pelo desenvolvimento das ações, que foram iniciadas, a partir do estudo de cada temática aprovada como necessidade formativa no diagnóstico (OP, 2017, p. 153).

viés que deve ser seguido, com maior ênfase ao docente em sala de aula.

Desse modo, como fica a formação dos demais profissionais da educação que trabalham na escola? Relegado a um plano inferior pelo que tudo indica. Todavia, a escola não se constitui apenas da relação professor x aluno. Cada funcionário é indispensável para que um ambiente adequado ao processo de ensino aprendizagem seja ofertado a todos aqueles a quem se destina a Educação Básica Pública. Especialmente o professor gestor necessitaria de formação complementar para melhor desempenhar tal função.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carreira docente pode ser considerada uma das mais exigentes e importantes dentre as demais profissões em virtude de abranger a formação de quase todas as demais carreiras profissionais. Como foi exposto, a formação inicial do professor, que ocorre geralmente nas universidades, é apenas o primeiro passo que credencia a pessoa a exercer a profissão.

No entanto, como o professor é um eterno estudante a formação continuada, e ainda, o desenvolvimento profissional docente proposto em Mato Grosso precisa acompanhá-lo durante todo o percurso de seu trabalho, para que sua prática se mantenha adequada frente as necessidades humanas, sociais e mercadológicas que se transformam dia a dia.

Como pode ser percebido ao longo da exposição, o modo como se dá a formação de professores influencia diretamente a formação de gestores, pois sendo estes prioritariamente licenciados e profissionais da educação que passam por formação continuada em suas unidades de lotação, a ocupação de um cargo de gestão é ainda mais uma das atribuições que o docente pode assumir e realizar, sendo dever das mantenedoras ofertar capacitação específica para o exercício da função. O que de fato, nem sempre é realizado como deve ser.

A forma como o gestor escolar desenvolve suas atribuições também influencia na maneira como a escola direciona suas atividades, interage com funcionários, professores, alunos, pais, enfim, com toda a comunidade escolar. Por isso, reforça-se a fundamental importância de se investir na capacitação dos profissionais da educação, em especial dos professores, tanto em relação a formação inicial quanto em relação a formação continuada e desenvolvimento profissional, pois os rumos de uma sociedade melhor, mais justa e democrática depende em grande parte do trabalho que é realizado na e pela escola.

A partir desse contexto apresentado cabe refletir que impactos a formação de docentes e, em consequência, de gestores escolares, causam na formação dos estudantes e na própria prática docente. Percebendo que as instituições de ensino públicas sempre estiveram a serviço de atender a demanda governamental que demonstra estar submissa aos interesses hegemônicos em detrimento dos sociais, é possível compreender que todo esse processo de formação do professor, e a legislação dela decorrente, visam encobrir as

deficiências e ineficiências do Estado para com os assuntos públicos. Faz parte do ideário neoliberal e também já é um plano execução, como tudo indica, qualificar o Estado desse modo para reduzir sua influência na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos

Fortalecer a discussão e as deliberações coletivas na escola, é um desafio que se coloca para toda a comunidade escolar que compõe e desfruta dos serviços oriundos da educação escolar. Por isso, enquanto houver necessidade de chamar a atenção para importância da qualificação profissional na área da educação, discutir essa temática será pertinente.

São muitos os desafios a serem enfrentados pela gestão escolar no contexto atual da escola. Capacitar a equipe gestora para atuar frente a tantas dificuldades e ainda desenvolver um trabalho pedagógico menos encorpado de paradigmas dominantes é também um desafio para a gestão pública, pois o modo como se configura a gestão das unidades de ensino passa primeiro pelo modo como as ações governamentais regulam e direcionam a ação dos profissionais da educação sob sua subordinação.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo, Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Programa Nacional Escolas de Gestores da Educação Básica Pública**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=877-projeto-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=877-projeto-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso: 02/01/2017.

BRESSER-PEREIRA. **Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista**. *Temporalis*, ano 13, Brasília. n.26, p. 11-36, jul. /dez. 2013.

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Plano Nacional de Educação**. 2001. Disponível em: <http://www.consed.org.br/>. Acesso: 05/01/2017.

COSTA, Ana Sheila Fernandes. ROCHA, Viviane Aparecida Moreira. **A importância da formação inicial e contínua para a atuação do profissional da Educação/Educação Física Escolar**. Disponível em [http://www.nepecc.faei.ufu.br/arquivos/simp\\_2003/comunic\\_coord/f\\_import\\_form\\_inic\\_cont\\_ana.pdf](http://www.nepecc.faei.ufu.br/arquivos/simp_2003/comunic_coord/f_import_form_inic_cont_ana.pdf).

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão em educação escolar**. 4 eds. Atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. Rede e-Tec Brasil, 2012.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009

FREITAS, Helena C. L. de. **A (nova) política de formação de professores**: a

prioridade postergada. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> (p. 1203-1230). Acesso: 15/08/2016.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; LIMA, Vanda Moreira Machado. **Formação continuada de diretores escolares**: uma experiência fundamentada na pesquisa ação colaborativa. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 31, p. 45-64, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2015.

LIMA, Licínio C. **Cidadania e Educação: Adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?** Educação, Sociedades e Culturas, nº 23, 2005, 71-90.

MATO GROSSO. Lei 7.040/98 de 1º de outubro de 1998 - D.O. 1º.10.98. **Gestão Democrática do Ensino Público Estadual**. Disponível em: [www.seduc.mt.gov.br/download\\_file.php?id=8131&parent=276](http://www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=8131&parent=276).

MATO GROSSO. **Superintendência de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. In: Orientativo Pedagógico 2017. Secretaria do Estado de Educação, Esporte e Lazer, 2017 (p. 174-172).

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **Formação de Professores**: uma política de qualificação ou desqualificação do trabalho docente? In Trabalho docente: os professores e sua formação. Alda Maria do Nascimento Osório, organizadora. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009 (p. 143-155).

SHIROMA, Eneida Otto; MORAES, Maria Célia M. de Moraes e EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Maria Aparecida. **Planejamento Trabalho Pedagógico e currículo em EA**. In: Gestão Escolar e Formação Continuada de Professores – Breyner R. Oliveira & Adriana M. Tonini – Editar, Juiz de Fora – 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescência 28, 29, 35, 62

Assistência de Enfermagem 158, 159, 160, 163, 164, 165

### C

Centro de Atenção Psicossocial 12, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165

Cibercultura 12, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 144

Cidadania 9, 4, 18, 31, 32, 33, 38, 57, 90, 108, 114, 133, 135, 136, 137, 138, 142, 163, 204

Cinema 59, 60, 61, 62, 64, 65, 69

Comunicação online 12, 133

Comunidade 10, 11, 3, 4, 6, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 28, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 87, 105, 109, 112, 113, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 158, 163, 181, 182, 184, 188, 189, 192, 199, 203, 204, 208

Comunidade de Investigação 10, 36, 37, 38, 39, 42, 46

Consumo 12, 21, 91, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143

Controle Social 85, 87, 88, 90, 96

Currículo 59, 60, 61, 63, 69, 73, 114, 124

Cursinho pré-vestibular 13, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208

### D

Defensoria Pública 166, 170, 171

Diálogo 13, 17, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 60, 66, 74, 75, 88, 117, 119, 130, 141, 204

Diferença 17, 59, 60, 61, 63, 68, 69, 87, 92, 94, 103, 116, 118, 120

Diversidade 1, 2, 7, 8, 9, 41, 45, 81, 83, 88, 94, 101, 116, 117, 118, 119, 129

### E

EAD 143, 144, 191, 192, 193, 210

Edificações 122, 123, 125, 131

Educação 2, 9, 10, 12, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 17, 19, 26, 27, 30, 31, 36, 37, 38, 46, 47, 48, 52, 57, 59, 60, 61, 69, 71, 79, 85, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 143, 144, 145, 155, 156, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 197, 200, 201, 202, 205, 208, 210

Educação Básica 3, 79, 100, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 201, 202, 204, 205, 207, 210

Educação Escolar Indígena 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9

Educação Intercultural 71, 72, 73, 76

Educação para o Pensar 10, 36, 37, 38, 45, 46

Educação Superior 71, 75, 173

Enfermagem psicossocial 158, 160

Enfermagem psiquiátrica 158, 160

Ensino 9, 10, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 146, 149, 152, 154, 155, 172, 173, 179, 182, 184, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Ensino Híbrido 10, 13, 48, 50, 51, 52, 56, 57, 191, 193, 197, 199, 200

Ensino Médio 10, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 52, 57, 78, 146, 173, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola 10, 11, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 48, 49, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 69, 75, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 134, 137, 144, 154, 156, 161, 162, 164, 165, 173, 179, 190, 201, 202

Estágio Supervisionado 11, 12, 13, 19

Experiência formativa 11, 115, 116

## **F**

Filosofia 36, 37, 38, 41, 46, 47, 63, 65, 68, 69, 205, 207, 210

Formação 9, 11, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 31, 33, 38, 46, 52, 69, 71, 73, 74, 75, 79, 82, 83, 89, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 122, 123, 129, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 174, 188, 193, 197, 200, 208, 209, 210

Formação continuada do professor gestor 100

Formação de Professores 9, 3, 8, 9, 18, 20, 71, 74, 75, 79, 101, 102, 103, 112, 113, 114, 210

Formação Docente 18, 69, 74, 100, 104, 110, 111

Formação inicial do professor gestor 100

## **G**

Gênero 9, 11, 12, 59, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 97, 148, 155, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Gestão Participativa 11, 14, 15

## **I**

Inclusão 9, 10, 1, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 57, 69, 81, 83, 118, 120, 137, 141, 144, 160

Interculturalidade 11, 2, 81, 83, 84, 115, 116, 117, 118, 119, 120

## **L**

Legislação Educacional 1, 2

## **M**

Mercado de Trabalho 73, 145, 146, 147, 149, 155, 170, 171, 174

Metodologias ativas 10, 48, 49, 52, 54, 57, 179

Multiculturalidade 115, 116, 117, 119

## **P**

Pais 10, 2, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 62, 110, 112, 116, 145, 149, 189

Percurso Formativo 10, 20, 22, 26

Prática Avaliativa 71, 72, 73, 77, 78, 79

Prática Pedagógica 19, 21, 23, 45, 52, 53, 71, 73, 79

Professor gestor 11, 100, 101, 112

Profissional 8, 20, 30, 101, 155, 156, 209

Projeto de Extensão Social 201, 203

Psicologia Escolar 28, 31, 35

## **R**

Recursos Educacionais Abertos 20, 22, 24, 26

Representações Sociais 11, 85, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 161

## **S**

Sala de aula invertida 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Saúde mental 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Segurança Pública 137, 178, 182, 188

Sociologia das Profissões 166, 174

## **T**

Tecnologia Digital 12, 178, 179, 183

Tutor Inteligente 191, 192, 194, 198, 199

## **V**

Videoconferência 13, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200





Violência Urbana 11, 85, 87, 93, 96, 97


**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no**

# **Brasil 2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora


**Ano 2020**


**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no**

# **Brasil 2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**